

A BURGUESIA INDUSTRIAL GAÚCHA E A SUA RELAÇÃO COM O CAPITAL ESTRANGEIRO: OS ANOS 1964-73*

*Naira Lima Lapis***

Considerações preliminares

O objetivo do estudo foi elucidar o caráter da relação estabelecida entre a burguesia industrial gaúcha e o capital estrangeiro num período marcadamente autoritário da história brasileira, como os anos de 1964 a 1973. O interesse em investigar esse tema prendeu-se a quatro ordens de motivações. A primeira deveu-se à escassez de estudos que privilegiem as burguesias regionais fora do eixo Rio—São Paulo. Uma parte significativa das pesquisas sobre a burguesia industrial no Brasil toma, como referência principal, os industriais localizados no núcleo dinâmico da economia — os Estados de São Paulo e Rio de Janeiro — e generaliza para o conjunto da burguesia industrial nacional.¹ Esse procedimento metodológico é discutível, pois não raras

*Este texto pretende ser, ao mesmo tempo, uma apresentação e uma síntese das principais passagens de minha tese de Doutorado de 3º ciclo — *La Bourgeoisie Industrielle face au Capital Etranger: le Cas du Rio Grande do Sul (Brésil) 1964-1973* — defendida junto à Universidade de Paris VIII, sob a orientação do Professor Jean-Marie Vincent, em maio de 1987. A referida tese é produto de uma linha de pesquisa desenvolvida pela FEE desde 1983, versando sobre a burguesia industrial gaúcha e o Estado no pós 64. Dela fazem parte mais dois estudos, os quais, juntamente com o meu, desejam avançar no conhecimento dessa fração da burguesia local, ainda tão pouco investigada. Um dos estudos, de autoria de Denise Gros, já foi concluído e recentemente publicado sob o título de *Burguesia Industrial Gaúcha e o Estado Nacional 1964-1978*, enquanto o outro, a cargo de Maria Isabel da Jornada e que trata de reconstituir o pensamento da classe frente à política salarial adotada no período 1964-80, está em fase de conclusão.

Agradeço a leitura e as preciosas sugestões das colegas Áurea Breitbach e Maria Isabel da Jornada para a versão deste texto.

** Socióloga da FEE.

¹ Faz-se referência aqui aos clássicos estudos de Cardoso (1964) e Martins (1968), que fundamentaram suas interpretações sobre a burguesia industrial nacional a partir das análises dos industriais do centro do País.

vezes encobre as especificidades das burguesias industriais regionais, insuficientemente analisadas, como é o caso da gaúcha. Daí o interesse inicial em refletir sobre os industriais do Brasil meridional e em identificar o que é particular a esta classe social.

A segunda razão relacionou-se com as peculiaridades do Rio Grande do Sul, que historicamente se caracterizou como uma região não captadora de recursos externos. Em vista disso, a questão que se coloca é se teria havido alguma forma de atuação, por parte dos industriais locais, que tivesse contribuído para a inexpressiva presença desse capital no Estado, sendo, portanto, contrária à penetração do capital estrangeiro no Rio Grande do Sul. Essa formulação se apóia no fato de o Rio Grande do Sul ter sido uma região na qual o Partido Trabalhista Brasileiro exerceu forte influência, distinguindo-se no seu interior uma tendência que emitia reservas à participação do capital estrangeiro na economia e se definia por um tipo de desenvolvimento autônomo. Subjacente a essa preocupação, introduziu-se uma terceira razão, relacionada com a necessidade de averiguar a legitimidade de certa crença existente no Rio Grande do Sul que concebe os industriais locais como ideologicamente frágeis e com fraca capacidade de iniciativa. A curiosidade voltou-se então para uma questão específica: conhecer as reações dos industriais frente ao capital estrangeiro.

A quarta motivação — situando-se num plano prospectivo — relacionou-se com a questão da continuidade do financiamento da acumulação no Brasil. A crescente internacionalização da economia brasileira suscitou como indagação a possibilidade de estar ocorrendo algum tipo de movimento, por parte dos industriais locais, na direção de uma provável recomposição das alianças entre o capital privado nacional e o capital estrangeiro — com ênfase no financiamento interno da industrialização — e de uma eventual interiorização do centro de decisões políticas.

A compreensão dessas questões passava, no entanto, pelo conhecimento prévio do papel desempenhado pelos industriais gaúchos no desenvolvimento econômico da região. Para tanto, recuou-se no plano histórico, centrando-se a análise no período compreendido entre os anos 1964 e 1973, que abrangeu duas conjunturas econômicas distintas: a da recessão econômica² e aquela que se convencionou chamar de “milagre econômico”. No referido período, o Estado acentuou sua autonomia relativa frente aos interesses das diferentes frações do capital, bem como interveio na esfera econômica de forma profunda e diversificada a fim de assegurar a continuidade da acumulação, sendo reforçadas as suas funções de construtor da infra-estrutura e de produtor de insumos de base.³ Agregou-se ainda o fato de que o

² A recessão econômica compreendeu os anos de 1962 a 1967. No entanto, no estudo em questão, a análise restringiu-se ao período entre 1964 e 1967.

³ Sobre a intervenção econômica do Estado, ver, entre outros, os artigos de Vincent (1975) e Altvater (1975).

Estado que emergiu nesse pós 64 aprofundou a função de mediador nas relações entre o capitalismo brasileiro e o capitalismo internacional, definindo-se abertamente pela participação do capital estrangeiro no desenvolvimento do País.⁴

Partindo dessas formulações, serviram de principal referência teórica os estudos de Eli Diniz e de Renato Boschi, que procuram reavaliar a relação estabelecida entre o Estado e a sociedade civil. Sem negar as características estruturais de uma sociedade dependente do capitalismo internacional e reconhecendo a existência de uma lógica interna ao Estado, essa linha de interpretação procura apreender a burguesia industrial enquanto **objeto relativamente autônomo de análise**, segundo pensamento de Diniz. Posicionando-se contrariamente à corrente de análise que define o desempenho dessa fração de classe como passivo frente ao Estado e ao capital estrangeiro, essa vertente enfatiza justamente que a existência de um Estado com conteúdo marcadamente autoritário e a internacionalização da economia brasileira não concederam à burguesia industrial características de fragilidade.

Os estudos empíricos⁵ realizados pelos teóricos que se alinham nessa visão corroboram tais afirmações quando constatarem as articulações dessa fração de classe na defesa de interesses econômicos específicos, como foi o caso do capital estrangeiro. Reconhecem que a burguesia industrial foi incapaz de impor um projeto político de dominação para o conjunto da sociedade e que coube ao Estado o papel de agente principal de mudança econômica. No entanto, a existência de um Estado forte e a ausência de hegemonia burguesa⁶ não supõem industriais passivos, débeis e desarticulados, pois suas pesquisas revelaram que eles tiveram historicamente um peso e uma eficácia política significativos e que não se dissolveram diante do Estado e do capital estrangeiro.

“Se é verdade que não se pode identificar na burguesia brasileira uma elite capaz de exercer hegemonia, por outro lado é possível detectar a existência de uma elite industrial consolidada, com suficiente capacidade de articulação para defender seus interesses econômicos imediatos e, mais ainda, para defender a sobrevivência de certos princípios básicos para a manutenção da identidade do grupo” (Diniz & Boschi, 1978, p.198).

Efetivamente, a condução, por parte do Estado pós 64, de um projeto de modernização econômica assentado na noção de segurança nacional e na utilização do capital estrangeiro — tanto como fonte externa de financiamento quanto como par-

⁴ A respeito da participação do capital estrangeiro na industrialização do Brasil, ver as análises de Fernandes (1975), Martins (1975), Evans (1982) e Bandeira (1975) entre outras.

⁵ Esses estudos referem-se às pesquisas desenvolvidas pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), sob a orientação de Eli Diniz e Renato Boschi, versando sobre as relações entre Estado e empresariado industrial. Ver, em especial, Diniz (1978), Boschi (1979) e Diniz & Boschi (1978).

⁶ Sobre o conceito de hegemonia, ver Gramsci (1976).

participante direto na estrutura produtiva — foi apoiada pelos industriais brasileiros. E aqui se situa a questão central que permeou o estudo e que emana das análises contidas na chamada “visão integrada”⁷ — a qual enfatiza que o capital estrangeiro, enquanto elemento estratégico ao desenvolvimento econômico, refletiu uma opção política da burguesia industrial nacional, pela qual ela se mobilizou.

A reconstituição do pensamento da burguesia industrial gaúcha frente ao capital estrangeiro foi feita preferencialmente a partir de suas manifestações na Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (FIERGS), entidade de representação patronal oficial do Estado.⁸ Quanto à utilização da FIERGS como fonte principal de análise, é importante ressaltar que, a despeito de sua representatividade formal, o órgão expressava os interesses dos setores de ponta da indústria gaúcha, o que se constata através do exame da composição das suas diretorias no período 1964-73. Os cargos de presidente e vice-presidente foram ocupados por representantes dos ramos metal-mecânica, material elétrico, calçados, alimentação, bebidas e construção civil, classificados como os ramos industriais mais importantes no Rio Grande do Sul.

No entanto, a FIERGS, enquanto fonte analítica, apresenta limitações, pois ela dificulta a caracterização das posições da burguesia industrial por ramos industriais. Com o objetivo de conhecer prováveis diferenciações setoriais, partiu-se para a realização de entrevistas (15) junto às lideranças industriais locais⁹. O critério para a seleção da elite industrial do período foi estabelecido pela sua importância política no conjunto da classe e pela sua representação na diretoria da FIERGS, especialmente na condição de presidente e vice-presidente da entidade, como também

⁷ A postura metodológica que fundamenta esta linha de análise é a busca de elementos que possam “(...) captar simultaneamente aqueles processos sociais que de alguma forma são condicionados pela ação do Estado e os processos sociais que independam dos limites por ele traçados. (...) Um dos vícios da análise que privilegia o Estado consiste na ênfase dada às consequências, na sociedade, da ação estatal, na suposição de que o Estado é o *locus* de iniciação por excelência. Uma das vantagens da visão integrada que ora se propõe reside exatamente em se considerar o *locus* de iniciação não como um pressuposto da análise, mas como um objeto de investigação empírica” (Cerqueira & Boschi, 1977, p.BIB25).

⁸ Após a leitura de todas as publicações da FIERGS, optou-se pelo Relatório Anual como fonte principal a ser utilizada, pois nele encontram-se registradas as manifestações dos industriais e os acontecimentos mais importantes ocorridos no ano. Outrossim, cabe ressaltar que as manifestações na FIERGS se exprimiam sobretudo em memoriais, de conteúdo reivindicatório, dirigidos aos governantes locais e nacionais.

⁹ As entrevistas foram realizadas nos três últimos meses do ano de 1985. Todas as questões — com exceção das cinco últimas — referiram-se ao período 1964-73, o que exigiu dos entrevistados um permanente recurso à sua memória histórica.

por ser esse segmento de classe o que exerce uma influência relativa nos rumos do desenvolvimento econômico do Rio Grande do Sul.¹⁰

Foi no contexto dessas considerações que se situou o estudo sobre as relações entre a burguesia industrial gaúcha e o capital estrangeiro. Trata-se, a seguir, de identificar as peculiaridades da industrialização no Rio Grande do Sul e as suas influências no pensamento dos industriais locais.

Uma abordagem sobre o papel desempenhado pela economia gaúcha no contexto da economia nacional

O exame do perfil sócio-econômico do Rio Grande do Sul mostrou que, na fase mercantil, a economia do Brasil meridional aparecia como supridora do mercado interno. Inicialmente, através do comércio de animais para a zona de mineração; posteriormente, por meio das exportações de trigo e de charque¹¹, contribuindo dessa maneira para a acumulação de capital do setor exportador da economia brasileira. Essa forma de se articular externamente determinou uma desarticulação interna na estrutura produtiva gaúcha. Nesse sentido, a ausência de complementariedade entre as suas duas matrizes econômicas — a pecuária e a agricultura — constitui-se num dos traços marcantes dessa fase.

O surgimento da indústria no Rio Grande do Sul encontra-se intimamente relacionado à chegada do imigrante europeu ao Estado. Aliada a tal fator estava a política protecionista do governo republicano que, ao elevar as taxas aduaneiras e cambiais, ocasionou um encarecimento dos produtos importados, provocando a industrialização por substituição de importações.¹² Esses elementos particularmente contribuíram para o incremento da demanda por produtos manufaturados, favorecendo a formação de um mercado interno regional. A partir daí, redefiniu-se a economia gaúcha e assistiu-se à passagem de sua fase mercantil para uma outra, a de acumulação industrial.

A identificação dos fatores que contribuíram para a formação do capital industrial no extremo sul forneceu algumas indicações sobre as origens da burguesia industrial. O quadro histórico evidenciou que a pecuária, principal atividade econô-

¹⁰ Apesar de o universo de investigação ter se restringido à elite industrial, ou seja, ao grande industrial, deixando de lado o pequeno e o médio, considera-se metodologicamente correto avançar generalizações para toda a classe social. Isso se deve ao fato de que os pequenos e os médios industriais não se constituíram historicamente em elementos com representatividade política significativa no interior da classe, apesar de a indústria gaúcha ter se caracterizado por unidades fabris de pequeno e médio portes. Contudo, mesmo acreditando na validade do procedimento metodológico adotado, considera-se pertinente o conhecimento dos outros segmentos da classe, pois permite identificar possíveis heterogeneidades de pontos de vista.

¹¹ Sobre a economia do trigo e do charque, ver o estudo de Cardoso (1962).

¹² Sobre as origens da industrialização gaúcha, ver, especialmente, Singer (1974).

mica gaúcha, não se constituiu em pré-requisito à passagem para o capitalismo no Rio Grande do Sul, da mesma forma que as raízes dos industriais locais não se situaram nos elementos que compunham a classe dominante gaúcha, os estancieiros e os charqueadores. O capitalismo no Brasil meridional teve, portanto, uma origem diferente daquela de São Paulo, onde o capital cafeeiro engendrou as condições para o surgimento da indústria; em consequência, a base econômica na qual se originou a burguesia industrial paulista assentou-se fundamentalmente na atividade do café.

No caso do Rio Grande do Sul, como já referido anteriormente, a industrialização estava relacionada à imigração européia, na qual o capital comercial desempenhou um papel estratégico, transferindo uma parte do excedente captado para a indústria.¹³ Nesse contexto, o artesanato urbano também contribuiu, ainda que em proporções menores, para a implantação de algumas indústrias no Estado. No plano da hipótese interpretativa, poder-se-ia argumentar que a matriz social da burguesia industrial gaúcha¹⁴ se localizou provavelmente em duas atividades econômicas, no comércio e, em níveis menores, no artesanato.

“No Rio Grande do Sul, não houve, no período de transição da economia escravocrata para a produção à base da mão-de-obra livre, nenhum fator que instigasse, na economia do charque, a formação de uma camada de novos empresários, sem compromissos insuperáveis com o passado escravocrata” (Cardoso, 1962, p.233).

No período da industrialização do Rio Grande do Sul, compreendido entre os anos de 1930 e 1945, os efeitos do processo de integração do mercado interno ainda não se faziam sentir tão acentuadamente, possibilitando às regiões uma relativa autonomia. A indústria gaúcha apresentava um caráter predominantemente regional, transformando matérias-primas locais e voltando-se preferencialmente ao mercado interno regional. A ausência de complementariedade orgânica que caracterizava a fase anterior foi substituída pela integração interna entre indústria e agricultura. A estrutura produtiva industrial gaúcha, calcada no departamento de bens de consumo não duráveis, acompanhou, embora de maneira menos acentuada, o padrão nacional de acumulação, igualmente baseado na produção de bens de consumo não duráveis. No período seguinte, o quadro alterou-se. As mudanças gestadas no bojo da revolução de 30 consolidam-se: completou-se o movimento de integração do mercado interno, e o processo de concentração industrial na Região Sudeste, liderado por São Paulo, atingiu a sua maturação; o padrão baseado na produção de bens de consumo não duráveis foi substituído por um outro centrado na produção de bens duráveis, que, conectado com o setor produtor de bens de capital, constituiu o eixo dinâmico da economia brasileira. O financiamento da acumulação nacio-

¹³ Ver a esse respeito os estudos de Pesavento (1980 e 1984).

¹⁴ Ver sobre esse assunto o elucidativo texto de Fonseca (1985).

nal — que, no período anterior, se realizava basicamente através da transferência de excedentes gerados no setor agroexportador para o setor industrial — baseou-se agora predominantemente no financiamento externo. Esse período caracterizou-se pela decisiva abertura da economia nacional aos investimentos externos, com o capital estrangeiro assumindo uma posição estratégica no direcionamento do capitalismo brasileiro para a produção monopolista.

Essas mudanças provocaram uma profunda reorientação na estrutura industrial do extremo sul do País. Em consequência, instalaram-se, de um lado, uma fração do setor produtor de bens de capital, que constituiu um dos elementos do próprio eixo da acumulação nacional (como é o caso dos ramos industriais fornecedores de máquinas e implementos agrícolas à agricultura), de outro, uma fração do setor de bens intermediários, que se articulou ao núcleo hegemônico da economia brasileira. A partir do momento em que frações de determinados ramos industriais ou de setores localizadas no Rio Grande do Sul se ligaram diretamente à dinâmica da acumulação nacional, uma parte significativa da indústria gaúcha passou progressivamente a produzir não mais preferencialmente para o mercado regional, mas para o mercado interno nacional. Desfez-se, então, a integração básica que existia anteriormente entre agricultura e indústria: o setor industrial do Rio Grande do Sul, que até então tinha um caráter predominantemente regional, tornou-se nacional, pois um expressivo segmento da indústria gaúcha integrou-se diretamente ao pólo dinâmico da economia, participando, dessa forma, do prosseguimento da acumulação em escala nacional.

Quando o movimento da acumulação se baseava na articulação entre regiões, era possível às economias regionais manterem um certo grau de autonomia.¹⁵ Com a “homogeneização do espaço econômico nacional”¹⁶, aquele poder relativo se enfraqueceu, e os capitais regionais ficaram sujeitos aos impulsos emanados da economia nacional. A partir de então, o movimento de ampliação e de reposição do capital da economia gaúcha ficou condicionado à dinâmica da acumulação a nível nacional:

“(. . .) a relação determinante não ocorre no espaço do Rio Grande do Sul, mas no interior da economia nacional. Essa relação se especifica, se particulariza — toma uma forma qualquer — sobre o espaço gaúcho. Mas é na economia nacional, e não entre os capitais instalados neste Estado da Federação, que se gestam as relações entre os capitais, que se expressam na taxa geral de lucro” (Targa, 1984, p.164).

Nessa nova divisão nacional do trabalho que se estabeleceu, o Rio Grande do Sul continuou desempenhando o tradicional papel de supridor do mercado interno através das exportações de produtos agrícolas. Um outro papel, no entanto, lhe foi reservado no momento em que se implantou uma fração do setor produtor de bens

¹⁵ Ver a esse respeito os artigos de Oliveira (1984) e Müller (1979).

¹⁶ Para utilizar uma expressão de Francisco de Oliveira.

intermediários, integrada às indústrias do centro do País, reafirmando a posição subsidiária da economia gaúcha em relação à economia nacional: a de fornecedora de insumo de base ao pólo hegemônico da economia brasileira.¹⁷

Tais alterações eram fruto de um processo que vinha se desenvolvendo no País desde os anos 30. No decorrer desse período, a burguesia industrial regional, localizada sobretudo no eixo Rio—São Paulo, gradualmente, afirmou seu poder econômico sobre o restante das burguesias regionais do Brasil. Mas foi somente em meados dos anos 50, quando se completou o movimento de integração do mercado interno, que essa burguesia industrial, sobretudo a paulista, se impôs sobre os demais segmentos regionais das burguesias industriais, revelando então seu caráter nacional.

No caso do Rio Grande do Sul, um segmento dos industriais gaúchos — frente às limitações econômicas internas colocadas à diversificação industrial e à criação de um pólo industrial e tendo em vista ainda as injunções de ordem externa relacionadas à unificação do mercado interno e à concentração espacial da indústria — não teve outra alternativa senão vincular-se à acumulação nacional, perdendo, portanto, seu caráter predominantemente regional e tornando-se também nacional. Todavia mesmo esse segmento participou da nova divisão nacional do trabalho na condição de parceiro menor da industrialização em curso no País. Assim sendo, poder-se-ia argumentar que uma maior estruturação da burguesia industrial gaúcha, enquanto classe social, tenha ocorrido no momento em que o espaço econômico nacional se redefinia:

“À medida em que a luta por um pólo industrial, no RS, foi implicando aspectos políticos e financeiros mais amplos e profundos, a burguesia mercantil e produtora agropecuária e industrial sul-riograndense deixou de lado seu gauchismo e passou a se articular ao nível nacional — que implicava, já, ser nacional-internacional” (Müller, 1979, p.360).

As colocações até aqui desenvolvidas procuraram realçar a posição que a economia gaúcha detém no contexto nacional: é uma economia que se relaciona de forma subsidiária à economia brasileira, com uma parte de seu excedente transferido para o eixo dinâmico da acumulação. Embutida nessa relação encontra-se a própria condição de subordinação da primeira em relação à segunda. Efetivamente, o desempenho desse papel esteve na base da própria constituição do capitalismo no Brasil meridional. Essa problemática, no entanto, só pode ser entendida no contexto de um

¹⁷ A produção dos analistas da FEE sobre a questão regional — mais especificamente sobre as formas que assume a relação economia gaúcha/economia nacional — vem representar uma importante contribuição nessa área do conhecimento, que se apresenta ainda de modo difuso e precário. A esse respeito, ver os artigos de Souza (1983), Almeida & Lima (1983) e Castan (1983) publicados na revista *Ensaio FEE* (1983). Ver também Souza (1984) e Targa (1984).

fenômeno maior, que é o desenvolvimento desigual e combinado do modo de produção capitalista brasileiro, que, para atender aos interesses de determinados capitais, outros capitais subordina.¹⁸

Os industriais do Brasil meridional e o estado autoritário: as conjunturas de recessão e de expansão econômica

Com a instauração do regime autoritário em 1964, mudou a correlação de forças no Brasil. Enquanto o regime populista se assentava num pacto entre as diferentes classes sociais, o regime autoritário baseou-se numa coalizão formada pela burguesia nacional-associada, pela burguesia estrangeira e pela elite burocrático-militar.

Na primeira fase do regime militar, na conjuntura de recessão econômica, a burguesia industrial nacional exteriorizou com mais clareza suas críticas, divergências, hesitações e também concordâncias com o regime político implantado. A postura de relativa transparência em que se colocou essa fração de classe diante da realidade constituiu-se num importante indicador para uma melhor compreensão de seu pensamento político. É no contexto dessa situação de crise que afloraram as questões centrais pelas quais os industriais se mobilizariam.

No caso da burguesia industrial gaúcha, o exame de suas declarações evidenciou que, à semelhança da burguesia industrial nacional, ela aderiu ao regime militar implantado, aprovando e apoiando as medidas políticas adotadas pelo Estado autoritário no desmantelamento do regime populista:

“Veio a Revolução; milagre de Deus, sem dúvida alguma e, em 24 horas, a situação mudou.

“Àquelas manifestações de frustração e desapontamento surgiram as afirmativas de bons propósitos. O empresário eufórico e emocionado solidarizava-se com o novo Governo; a ele tudo prometia, em colaboração e trabalho; e dele condicionava este apoio à implantação das reformas” (Rel. FIERGS/CIERGS, 1964, p.1).

¹⁸ A respeito dessa inferência, é oportuno destacar que a mesma carrega o risco de direcionar a análise para interpretações do tipo: o caráter subordinado da economia gaúcha reduz a sua importância no contexto brasileiro, passando ela a desempenhar um papel passivo na sua relação com a economia nacional, sendo este mesmo raciocínio válido para as classes sociais. Aqui, o equívoco reside na crença de que a condição de ser subordinado engendra necessariamente a condição de ser passivo. O fato de se reconhecer o predomínio de um dos elementos — no caso, o pólo dinâmico da economia nacional — não permite afirmar que o elemento secundário — a economia gaúcha — seja de importância menor.

A propósito, é importante sublinhar que, decorridos mais de 20 anos, a adesão da burguesia industrial gaúcha à orientação política do regime militar parece não ter sofrido alterações substanciais. Quando inquiridos sobre essa questão, a grande maioria dos entrevistados (85%) considerou que “(. . .) as medidas políticas adotadas em 64 foram decisivas à restauração da ordem social”. Os vínculos entre os industriais e os militares eram concebidos como a própria garantia da “segurança nacional”. A identificação da burguesia industrial gaúcha com o binômio **desenvolvimento e segurança**, sustentáculo ideológico do regime militar, fica evidenciada na declaração que segue:

“Em última instância, dentro de uma realidade palpável e a bem dos objetivos revolucionários redentores, podemos esposar a tese, por muitos adotada, de que a Segurança Nacional repousa sobre um complexo industrial-militar, genuinamente brasileiro. (. . .) Entretanto, é inegável que, somente, da perfeita simbiose ‘Produção-Segurança’ é que poderemos emergir, definitivamente, das trevas que o passado nos acometeu” (Rel. FIERGS/CIERGS, 1967, p.19-20).

No entanto essa adesão da burguesia industrial gaúcha ao regime instaurado não foi irrestrita. Os industriais locais, tal como os de outros estados¹⁹, demonstraram inquietação ante o fortalecimento do poder do Estado. A crescente centralização das decisões econômicas em órgãos estatais restringia a participação de importantes segmentos da burguesia industrial nacional, enquanto favorecia os interesses do grande capital nacional-associado e do capital estrangeiro. Tendo apoiado o golpe militar e sendo parte integrante do pacto autoritário, aqueles segmentos viram-se relativamente frustrados em suas expectativas de usufruir de uma fatia maior do poder. O desacordo dos industriais paulistas, por exemplo, face ao estreitamento do poder decisório é claramente explicitado no depoimento abaixo:

Uma das maiores críticas ao Governo atual refere-se ao seu isolamento (. . .) frente à colaboração que ele poderia e deveria receber dos órgãos representativos da produção nacional. Estes não são escutados e nem consultados, e, em inúmeros casos, eles são até afastados das instituições encarregadas da formulação da política econômica e financeira do País (. . .). É preciso convir que as classes produtoras do País são parte integrante da própria revolução. Elas a ajudaram de todas as maneiras possíveis, e, a este propósito, é preciso sublinhar a participação decisiva, em São Paulo, da FIESP para o triunfo do movimento armado” (Pereira, 1978, p.321).

¹⁹ Ressalte-se o fato de que não foi intenção do estudo estabelecer parâmetros comparativos entre a burguesia industrial nacional e a gaúcha, tarefa esta por demais complexa. No entanto considerou-se que, num nível mais geral, é possível distinguir alguns pontos de semelhanças e de diferenças entre ambas.

Os industriais gaúchos expressaram também com clareza seus temores com o crescimento do poder estatal, sentimento este que perpassa todo o período de análise. A declaração que segue, embora se refira ao início do “milagre econômico”, é bastante ilustrativa:

“De nenhuma forma, pode-se aceitar que a atividade pública e a atividade privada sejam conflitantes; mas, por incrível que pareça, analisada a história deste relacionamento, constatar-se-á, em verdade, a existência de um ‘extraordinário e resistente muro de vidro’. Não obstante os inúmeros contatos que são mantidos com as autoridades públicas, quase sempre somos tomados de surpresa por medidas governamentais que, inspiradas e executadas visando salutareos objetivos, na prática, representam não facilidades, mas sim óbices ao desenvolvimento de nosso trabalho” (Rel. FIERGS/CIERGS, 1968, p.71-72).

Cabe, no entanto, frisar que a burguesia industrial age e reage em função de conjunturas específicas, o que a leva, não raras vezes, a adotar posições ambíguas e contraditórias. Um exemplo disso foi o tom moderado de suas manifestações, durante o período Médici, a respeito da crescente intervenção do Estado na esfera econômica, característica deste Governo. A explicação para esse comportamento pode ser encontrada no próprio desempenho da economia nesse período: as críticas dos industriais foram provavelmente abrandadas devido ao fato de que, em certo sentido e em graus variados, esta fração de classe foi beneficiada com os resultados positivos do “milagre econômico”.

Retornando ao contexto da conjuntura de recessão econômica, os industriais do extremo sul mostraram-se favoráveis à orientação da política econômica, particularmente em relação às medidas de combate à inflação e de contenção salarial, não se diferenciando, desse modo, do conjunto da burguesia industrial nacional. Outro ponto em que eles estava coesos com os industriais nacionais era aquele relacionado à política do crédito, em que o único segmento da burguesia industrial nacional que tinha seus interesses atendidos era o representado pelo grande capital nacional-associado. Os industriais gaúchos manifestaram seu desacordo com a política creditícia adotada, que afetou sobremaneira o Rio Grande do Sul, uma vez que a fração do setor de bens não duráveis instalada no Estado tinha ainda um peso importante na estrutura industrial, e foi este setor o mais fortemente atingido pelas restrições do crédito:

“A restrição creditícia às fontes de produção, agora já bem mais acentuada, não nos parece solução de combate à inflação. Não podemos entender uma fase de aumento de produtividade, sem os necessários recursos que dêem dimensões e sustentem os resultados benéficos” (Rel. FIERGS/CIERGS, 1966, p.14).

Ao quadro dos desacordos com o regime instaurado, a burguesia industrial gaúcha somou mais um: **aquele relacionado ao desempenho do Estado na sua função de construtor da infra-estrutura**. A classe exteriorizou sua insatisfação com o tratamento desigual dispensado ao Rio Grande do Sul pelo poder central no que

se referia à energia elétrica e aos transportes, cuja resolução era vista como estratégica ao desenvolvimento sul-rio-grandense:

“No setor energético, preocupa-nos sobremaneira, a posição de inferioridade em que se encontra o nosso Estado com relação a outras áreas do País. Entendemos o necessário apoio do Governo Federal à planificação e execução que amplia a proporcionalidade de geração de energia hidroelétrica que não é condizente com o desenvolvimento de nosso Estado, ao contrário do que ocorre com outros centros da Nação, para os quais foram destinados recursos excepcionais para construção de grandes usinas hidroelétricas” (Rel. FIERGS/CIERGS, 1965, p.34).

A respeito dessa questão relacionada à precariedade da infra-estrutura, buscou-se averiguar, através das entrevistas, a existência de diferenciações por ramos. Constatou-se que essa problemática preocupou a grande maioria dos industriais entrevistados, pois 92% deles, quando perguntados a respeito dos obstáculos ao desenvolvimento industrial do Estado no período de abrangência do estudo, apontaram “a insuficiência dos transportes e da energia elétrica como elementos limitadores à continuidade da industrialização no Rio Grande do Sul”.

Os problemas que se colocavam à indústria gaúcha, expressos sobretudo pela precariedade da infra-estrutura e pela utilização de tecnologia do tipo tradicional, constituíram-se em entraves à modernização de seu parque fabril. A resolução desses problemas esbarrava, no entanto, na escassez de recursos financeiros. A busca de recursos passou, então, a ocupar uma posição central para a burguesia industrial gaúcha, afetada diretamente, nessa conjuntura de crise, pela restrição do crédito. Nesse sentido, a questão da obtenção de financiamento — de onde? de que tipo? em que grau? — apresentou-se como algo crucial, dela dependendo o prosseguimento da acumulação industrial no extremo sul do País. A partir daí, a questão da participação do capital estrangeiro na economia gaúcha adquiriu um profundo significado.

Em páginas anteriores, foi afirmado que o Rio Grande do Sul não se configurou como uma região captadora de capital estrangeiro. Acredita-se que essa constatação possa refletir o papel secundário reservado ao Estado na divisão inter-regional do trabalho. Mas é uma inferência de ordem mais geral, pois existiam também os obstáculos econômicos internos que completam a explicação e que devem ter atuado, por sua vez, como elementos repulsores a um maior volume de capital estrangeiro no Rio Grande do Sul. Aparece, dentre eles, a própria insuficiência de infra-estrutura. Por outro lado, a indagação referida anteriormente — se teria havido algum tipo de atuação por parte dos industriais locais preocupados em proteger o espaço regional e, portanto, contrários à penetração de investimentos externos no Estado — revestiu-se de inconsistência. O fato de ter sido irrelevante o volume de capital estrangeiro na economia gaúcha não significa que os industriais tenham apresentado resistência à entrada deste capital no Rio Grande do Sul, pois efetivamente eles optaram pela sua participação no desenvolvimento econômico da região. O exame dos depoimentos na FIERGS e as declarações obtidas através das entrevistas revelaram que os dirigentes industriais mais expressivos do Estado se posicionaram pela participação desse tipo de capital na economia brasileira.

Dadas as restrições de acesso ao crédito interno, a utilização do capital estrangeiro colocou-se como uma alternativa promissora aos industriais do Brasil meridional. O depoimento que segue evidencia um vigoroso exemplo sobre a participação das empresas estrangeiras no desenvolvimento econômico, especialmente daquelas de origem americana:²⁰

“Consolidada a posição de liderança, as empresas norte-americanas, no decorrer do tempo, lançaram-se ao campo internacional, não só em busca de sua própria expansão, mas, igualmente, proporcionando, aos demais países amigos, as condições e os ensinamentos básicos para que os mesmos pudessem dar a sua contribuição em prol de seus próprios povos e, conseqüentemente, de toda a civilização.

“Irmão mais novo, o Brasil foi aceitando e absorvendo essa valiosa co-operação. Hoje, a nossa Pátria já está atingindo, principalmente no campo da industrialização, um dos índices mais progressistas de que se tem conhecimento. A esse fato, rendemos a nossa homenagem a todos aqueles que, de outra nacionalidade, contribuíram para que alcançassemos o atual estágio de desenvolvimento” (Rel. FIERGS/CIERGS, 1966, p.32).

As dificuldades que afligiam a burguesia industrial gaúcha nessa fase de recessão da economia assumiam, no entanto, o caráter de problemas menores, pois o que estava em jogo era uma questão maior vinculada à manutenção e ao prosseguimento do regime político instaurado. Foi na defesa desse regime que o autoritarismo dos industriais do extremo sul teve sua expressão maior.²¹ A repressão à sociedade civil foi justificada pela importância da manutenção da ordem social, necessária à continuidade do desenvolvimento econômico. Na relação entre o capital e o trabalho, revelou-se claramente a estreiteza dos horizontes políticos da burguesia industrial gaúcha, marcada por uma visão nitidamente conservadora; em momentos de confronto — greves por exemplo — ela se posicionou pela resolução nos moldes autoritários, apoiando a intervenção do Estado enquanto agente repressor. A institucionalização do conflito, nos moldes liberais, parecia não fazer parte do seu universo ideológico, pelo menos foi isso que revelou o exame de suas manifestações nos 10 anos de regime fortemente autoritário. Acredita-se, assim, que não seria de todo enganoso suge-

²⁰ Os dados fornecidos pelo Banco Central a respeito dos investimentos diretos realizados no Rio Grande do Sul atestaram que a Alemanha e os Estados Unidos foram os países que mais investiram no Estado ao longo do período 1964-73.

²¹ A sociedade gaúcha apresentou historicamente um traço fortemente autoritário que atravessou toda a sua estrutura de dominação: a classe dominante, os partidos políticos e o aparelho estatal. Na conformação do autoritarismo no Rio Grande do Sul, influíram, dentre outros elementos, as disputas entre Portugal e Espanha pela posse deste território — o que contribuiu para o fortalecimento de sua tradição militarista —, a prática da violência exercida sobre os escravos nas charqueadas e a influência das idéias positivistas no Estado, propagadas sobretudo pelo Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), cuja hegemonia estendeu-se praticamente por todo o período da República Velha.

rir que o postulado positivista da “ordem e da disciplina” e da “negação do conflito” se encontra incorporado na ideologia dos industriais gaúchos.

Na conjuntura seguinte, a de expansão econômica, os industriais locais concentraram seus esforços na resolução de problemas específicos. A modernização do parque fabril do Rio Grande do Sul, condição essencial à passagem para um novo patamar de desenvolvimento industrial, esbarrou, uma vez mais, na deficiência de recursos. Apesar de nessa fase ter havido um maior acesso aos créditos interno e externo, a distribuição dos recursos não foi, no entanto, suficientemente proporcional a ponto de reduzir os problemas financeiros da indústria gaúcha. Nesse sentido, a burguesia industrial do Rio Grande do Sul reivindicou uma distribuição mais equitativa dos recursos financeiros, argumentando que outras regiões do País eram priorizadas em detrimento do Estado. Aqui reside mais um descontentamento dos industriais do extremo sul com o regime implantado: **aquele referente ao desempenho do Estado na sua função de distribuidor dos recursos financeiros**. A respeito da problemática da distribuição dos recursos no período 1964-73, 85% dos industriais entrevistados referiram-se ao “(. . .) tratamento desigual que era dispensado ao Rio Grande do Sul na distribuição dos recursos e à necessidade de serem destinadas mais verbas para o Estado por parte do Governo Federal”. Apontaram também a “(. . .) tendência de drenagem dos fundos coletados das periferias para o fortalecimento dos grandes centros industriais, o eixo Rio—São Paulo, realidade que persiste ainda hoje”.

Paralelamente a essa reivindicação, os industriais gaúchos mobilizaram-se na obtenção de financiamento externo. A análise de todo o período mostrou que eles organizaram conferências, encontros, viagens, tendo como objetivo atrair os investidores estrangeiros para o Rio Grande do Sul. No entanto suas posições a respeito da presença do capital estrangeiro na economia apresentavam reservas. A contribuição desse capital era vista como fundamental, e eles se definiram por um tipo de desenvolvimento associado; mas transparecia em seus discursos a importância de estabelecer limites aos investimentos externos tanto no aspecto relacionado às áreas de atuação como naquele referente à formulação de leis reguladoras. As declarações que seguem são bastante ilustrativas a esse respeito:

“(. . .) lutaremos para que a indústria brasileira já estabelecida esteja protegida das incursões de grupos estrangeiros que desejam participar somente agora de nosso processo desenvolvimentista. Lutaremos para que o capital estrangeiro tenha aqui as portas sempre abertas, quando buscar atividades industriais ainda disponíveis e que são tantas em nosso País, cabendo-nos, então, e o faremos, garantir os legítimos interesses desse capital” (Rel. FIERGS/CIERGS, 1971, p.15);

“(. . .) o capital estrangeiro é bom e saudável ao País, desde que este disponha de um Governo independente que não se dobre às imposições do capital externo. (. . .) o aspecto importante é que a participação do capital estrangeiro em nossa economia é regulada por lei, que estabelece claramente os limites para os retornos dos investimentos. O fundamental mesmo é que esta lei não seja burlada (. . .)” (Rel. FIERGS/CIERGS, 1972, p.61).

Aqui reaparece a pertinência das pesquisas de Diniz e Boschi. Seus estudos empíricos evidenciaram que os industriais nacionais desempenharam um papel ativo em relação ao capital estrangeiro. Em outros termos, a burguesia industrial posicionou-se pela associação ao capital estrangeiro. Mas essa opção não foi incondicional, veio acompanhada da necessidade de estabelecer critérios quanto à sua aplicação na economia, visando resguardar determinadas áreas econômicas aos industriais nacionais. De acordo com a pesquisa realizada, não existem indícios de que a burguesia industrial gaúcha tenha assumido uma posição diferente daquela da burguesia nacional. A opção dos industriais do extremo sul pela participação do capital estrangeiro no desenvolvimento do País não significou uma aceitação passiva deste capital. Embutidas nessa escolha, encontravam-se a defesa e a manutenção de um espaço econômico de atuação para os industriais locais. Essa constatação não atribui, no entanto, uma provável ideologia nacionalista aos industriais gaúchos, pelo menos nos termos concebidos por aquele nacionalismo “radical” dos anos 50, defendido pelo PCB e por alguns setores de esquerda do PTB, bem como pelo remanescente grupo Varguista, que apresentava reservas à participação do capital externo na industrialização brasileira. Os industriais do Rio Grande do Sul não só pensavam que esse tipo de capital era imprescindível para o desenvolvimento da economia nacional, como não compreendiam o prosseguimento da acumulação brasileira sem a contribuição do capital estrangeiro.

Numa perspectiva histórica mais recente, os representantes da elite industrial gaúcha, ao serem inquiridos a respeito da crescente internacionalização do capital, declararam que “(. . .) apesar do fato de estar ocorrendo um aprofundamento do processo de internacionalização da economia, não é possível conceber a continuidade da industrialização sem o recurso ao financiamento externo”. Consideram, no entanto, que “(. . .) deve haver um maior rigor na contratação dos empréstimos, com prazos prefixados e mais alongados e taxas de juros fixas no momento do acordo”. Suas posições frente à participação do capital estrangeiro mantêm-se, portanto, as mesmas no sentido prospectivo.

Considerações finais

A análise desenvolvida ao longo do estudo mostrou que a burguesia industrial gaúcha tinha o seu poder de barganha reduzido pelo fato de atuar numa economia subordinada. Ademais, é preciso considerar que o Rio Grande do Sul se caracterizou como uma região onde a pecuária e a agricultura tiveram historicamente um peso significativo. Nesse sentido, apesar de a indústria ter suplantado a agricultura na geração da renda interna nos anos 70, no período de análise, a burguesia agrária detinha uma posição política preponderante em relação à burguesia industrial. Agregasse, ainda, o fato de que, nesse período, o Estado apresentava um conteúdo marcadamente autoritário, restringindo enormemente a atuação dos diferentes grupos sociais. No entanto, a despeito desses condicionantes, não foram encontradas, no estudo realizado, evidências que justificassem a caracterização da burguesia industrial

gaúcha como um grupo ideologicamente frágil e dotado de fraca capacidade de iniciativa. Ao contrário, quando da instauração do regime militar, a classe agiu na defesa dos princípios básicos do capitalismo; bateu-se também pela resolução de problemas específicos relacionados à insuficiência de infra-estrutura, condição de base para o funcionamento do capital; mobilizou-se na busca dos recursos financeiros necessários ao prosseguimento da industrialização no Rio Grande do Sul, e a alternativa do financiamento externo da acumulação apresentou-se como uma possibilidade promissora à fração industrial da burguesia gaúcha. No entanto, essa opção pela participação do capital estrangeiro no desenvolvimento do País não veio acompanhada de uma aceitação passiva deste capital. O desempenho de um papel ativo revelou-se, de um lado, na mobilização para obter financiamento externo e, de outro, na importância que a burguesia industrial atribuiu à definição de limites ao capital estrangeiro. Portanto, pensar os industriais do Brasil meridional como meros atores secundários significa incorrer numa perspectiva reducionista a respeito de seu real papel. O estudo desenvolvido foi uma tentativa de examinar o caráter de sua relação com o capital estrangeiro, evitando tal tipo de deformação.

Bibliografia

- ALMEIDA, Pedro Fernando C. de & LIMA, Rubens Soares de (1983). Apontamentos para uma discussão sobre a questão regional. *Ensaios FEE*, Porto Alegre, 4(1):151-66.
- ALTVATER, E. (1975). Remarques sur quelques problèmes posés par l'interventionisme étatique. In: *L'ÉTAT contemporain et le marxisme*. Paris, Maspero.
- BANDEIRA, Moniz (1975). *Cartéis e desnacionalização (a experiência brasileira: 1964-1974)*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- BOSCHI, Renato R. (1979). *Elites industriais e democracia*. Rio de Janeiro, Graal.
- CARDOSO, Fernando Henrique (1962). *Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional*. São Paulo, Difel.
- (1964). *Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil*. São Paulo, Difusão Européia do Livro.
- CASTAN, Nelson (1983). Em busca de um paradigma conceitual para a melhor compreensão da economia gaúcha: uma réplica aos comentários. *Ensaios FEE*, Porto Alegre, 4(1):175-90.
- CERQUEIRA, Eli Diniz & BOSCHI, Renato (1978). Estado e sociedade no Brasil: uma revisão crítica. *Dados*, Rio de Janeiro, Campus, (15):BIB12-BIB27.
- DACANAL, José H. & GONZAGA, Sergius, org. (1980). *RS: imigração & colonização*. Porto Alegre, Mercado Aberto. (Serie Documenta, 4).

- DINIZ, Eli (1978). **Empresário, Estado e Capitalismo no Brasil: 1930-1945**. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- DINIZ, Eli & BOSCHI, Renato R. (1978). **Empresariado nacional e Estado no Brasil**. Rio de Janeiro, Forense-Universitária.
- ENSAIOS FEE (1983). Porto Alegre, v.4, n.1.
- . (1984). Porto Alegre, v.4, n.2
- EVANS, Peter (1982). **A tríplice aliança: as multinacionais, as estatais e o capital nacional no desenvolvimento dependente brasileiro**. Rio de Janeiro, Zahar.
- FERNANDES, André (1975). *Internationalisation et crise du capitalisme brésilien*. In: CRITIQUES de l'économie politique. Paris, Maspero.
- FONSECA, Pedro (1985). A transição capitalista no Rio Grande do Sul: a economia gaúcha na Primeira República. **Estudos Econômicos**, São Paulo, Instituto de Pesquisas Econômicas, 15(2):263-89, maio/ago.
- GRAMSCI, Antonio (1976). **Maquiavel, a política e o Estado moderno**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- MARTINS, Luciano (1968). **Industrialização, burguesia nacional e desenvolvimento**. Rio de Janeiro, Saga.
- . (1975). **Nação e corporação multinacional (a política das empresas no Brasil e na América Latina)**. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- MÜLLER, Geraldo (1979). A economia política gaúcha dos anos 30 aos 60. In: **RS: economia e política**. Porto Alegre, Mercado Aberto.
- OLIVEIRA, Francisco de (1984). Mudança na divisão inter-regional do trabalho no Brasil. In: ———. **A economia da dependência imperfeita**. Rio de Janeiro, Graal.
- PEREIRA, Lúcia (1978). *Bourgeoisie industrielle et capital étranger au Brésil (1956-1977)*. Paris, EHESS. (Tese de 3º Ciclo).
- PESAVENTO, Sandra Jatahy (1980). O imigrante na política rio-grandense. In: DACANAL, José H. & GONZAGA, Sergius, org. **RS: imigração e colonização**. Porto Alegre, Mercado Aberto. (Série Documenta, 4).
- . (1984). **História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, Mercado Aberto. (Série Documenta, 1).
- RELATÓRIO FIERGS/CIERGS 1964-1972. Porto Alegre, 1965-1973.
- SINGER, Paul (1974). **Desenvolvimento econômico e evolução urbana**. São Paulo, Nacional.
- SOUZA, Enéas Costa (1983). Da dinâmica do capital à subordinação da economia gaúcha. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, 4(1):167-74.
- . (1984). Economia gaúcha: objeto contraditório. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, 4(2):165-78.

TARGA, Luiz Roberto (1984). A economia do Rio Grande do Sul não é parte da economia nacional. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, 4(2):161-64.

VINCENT, Jean-Marie (1975). Introducion. In: L'ETAT contemporaine et le marxisme. Paris, Maspero.